

Discrepância e insatisfação de fecundidade: análise qualitativa das preferências reprodutivas e comportamento de fecundidade de casais de alta escolaridade a partir de um estudo de caso em Belo Horizonte/MG, Brasil^{1 2}

Angelita Alves de Carvalho³

Laura L. R. Wong⁴

Paula Miranda-Ribeiro⁵

RESUMO

No contexto da fecundidade abaixo no nível de reposição no Brasil o aumento da discrepância entre o número de filhos desejados e tidos, analisam-se as preferências reprodutivas de casais e sua implementação. A discrepância entre o número ideal de filhos declarado e a fecundidade observada seria um indicador de restrições que impedem os indivíduos de implementar suas preferências de fecundidade. Visto às severas críticas feitas aos indicadores disponíveis sobre o tamanho desejado/ideal de família, tem-se a oportunidade de refletir sobre até que ponto as respostas das pessoas refletem adequadamente suas preferências. Pois para compreender a baixa fecundidade contemporânea é necessário entender os motivos que levam as pessoas a realizarem ou não suas intenções de fecundidade. Nesse sentido o estudo discute e traz elementos que indicam se a discrepância entre a fecundidade desejada e a observada configura uma insatisfação e por tanto uma incapacidade de implementação de preferências reprodutivas e conseqüentemente, uma violação aos direitos reprodutivos. Para atender a esses objetivos utilizou-se dados de entrevistas em profundidade realizada com 31 casais, de parturições zero, um e dois; em que a mulher possuía nível superior ou mais de escolaridade, em Belo Horizonte no período de junho a agosto de 2013. Entre os resultados pode-se verificar que a discrepância predominou para a maioria dos casais entrevistados, os quais relataram desejar mais filhos do que realmente tinham. Contudo, verificou-se que uma parte importante destes mostrou-se totalmente satisfeita com a situação atual de fecundidade, já que, apesar de terem inferido sobre um número elevado de filhos desejados, não pareciam dispostos a efetivar esse desejo. Ou seja, o número de filhos declarados desejados para muitos entrevistados não era aquele que intencionavam ter.

¹ Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

² Este artigo integra minha tese de doutorado em demografia intitulada: Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG, defendida em 02/2014 pelo CEDEPLAR/UFMG

³ Universidade Federal de Minas Gerais – angelita_alves_carvalho@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais – lwong@cedeplar.ufmg.br

⁵ Universidade Federal de Minas Gerais – paula@cedeplar.ufmg.br

1. Introdução

A redução da fecundidade para níveis abaixo da reposição em vários países de América Latina é uma realidade. Todavia, é um fenômeno praticamente generalizado nos grandes aglomerados do continente: cidades como Bogotá, São Paulo, Lima e similares apresentam já nos anos em torno de 2010, taxas de fecundidade inferiores a 2,1. Tudo indicando substanciais queda para as próximas décadas que despertam, cada vez mais, a necessidade de entender os motivos para tal redução, se destacando, neste campo, a análise das preferências reprodutivas. Pois segundo Morgan & Taylor (2006), para compreender a baixa fecundidade contemporânea, é necessário entender os motivos que levam as pessoas a realizarem ou não suas intenções de fecundidade. Nesse contexto, tornam-se importantes os estudos sobre as motivações e as decisões psicológicas para sobre o comportamento do indivíduo. Ou seja, a chave para entender o comportamento de fecundidade está na análise dos desejos e das intenções de reprodução e não necessariamente da fecundidade em si. Os estudos das preferências reprodutivas representam um componente relevante, notadamente, nos casos em que a fecundidade está abaixo no nível de reposição, em que, provavelmente, há discrepância entre o número de filhos desejados e tidos, com uma possível demanda insatisfeita devido à falta de filhos (Philipov, 2009).

É cada vez mais comum, também no contexto latino-americano, o surgimento de mulheres que desejam ter um número maior de crianças do que efetivamente têm (Wong, 2009). No Brasil isso não tem sido diferente, haja vista que, para 2006, o número médio ideal de filhos declarado para todas as mulheres brasileiras de 15 a 49 anos era de 2,1 filhos e a fecundidade observada era de 1,8 filhos (Berquó & Lima, 2008), com o que haveria uma importante proporção de casais com menos filhos do que realmente possuem e que seriam, provavelmente, incapazes de implementar suas preferências reprodutivas.

Essa discrepância entre o número ideal de filhos declarado e a fecundidade observada seria um indicador de restrições que impedem os indivíduos de implementar suas preferências de fecundidade. Nesse caso então, a decisão de ter um menor número de descendentes do que o desejado seria resultado da pressão exercida pelo contexto econômico e sociocultural em que esta decisão é tomada, e, portanto, um fenômeno requente de atenção e políticas públicas (CEPAL, 1998)

Contudo, existem severas críticas feitas aos indicadores que estão disponíveis sobre o tamanho desejado/ideal de família, o que limita o estudo desta temática. Apesar do aumento da importância sobre as preferências reprodutivas para a compreensão da baixa fecundidade e do conhecimento dos problemas recorrentes nos dados quantitativos, a maioria das pesquisas sobre essa temática se limita à dados transversais e questionários fechados. Com isso, tem-se uma lacuna em que não se sabe se de fato os dados sobre implementação das preferências reprodutivas contidos nas pesquisas do tipo DHS (*Demographic Healthy Surveys*) refletem adequadamente as preferências e a satisfação com o comportamento de fecundidade das pessoas (Thomson, 1997; Morgan & King, 2001; Santelli *et al.*, 2003, 2009).

Nesse sentido pergunta-se: a discrepância com relação ao número de filhos desejados é para os casais sinônimo de insatisfação com seu comportamento de fecundidade? Estaria o direito reprodutivo do casal de ter o número de filhos que deseja, em falta? Ou simplesmente seria uma permanência da norma nos desejos por filhos e uma modificação do comportamento de fecundidade, devido à consumação de uma opção dos casais por uma nuliparidade e/ou

poucos filhos frente a outros interesses? Independente da resposta, investigações que avancem nestas discussões são necessárias.

Este estudo, objetiva, assim, analisar o número de filhos desejados e tidos de cada cônjuge, a fim de obter elementos que desvendem a relação da discrepância entre a fecundidade desejada e a observada e a satisfação com o comportamento de fecundidade, com vistas à discutir a problemática da incapacidade de implementação das preferências reprodutivas e conseqüentemente, violação aos direitos reprodutivos dos casais.

A fim de superar as limitações dos dados quantitativos, e atender os objetivos propostos este artigo utiliza dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas em profundidade com casais. Além de trazer um novo olhar para a compressão do fenômeno da discrepância e satisfação com a fecundidade, este estudo mostra o potencial da utilização de dados qualitativos na pesquisa sobre implementação das preferências reprodutivas e comportamento de fecundidade.

2. A discrepância entre fecundidade desejada e realizada

Embora a maioria das pessoas em países de baixa fecundidade relatarem que gostariam de ter dois ou três filhos (Bongaarts, 2001), a fecundidade permanece abaixo do nível de reposição, indicando uma incapacidade de alcançar a fecundidade desejada. Esse hiato entre fecundidade real e desejada é definido por Philipov *et al.* (2009, p. 71) como sendo "a observação de que a fecundidade atual é menor do que o número ideal de crianças ou o número de crianças que as pessoas desejariam ter em suas vidas". Esse fosso crescente tem sido, muitas vezes, conceituado como "necessidade não atendida de crianças", resultante das restrições biológicas, econômicas e sociais para se ter filhos (Philipov, *et al.*, 2009; Liefbroer, 2009).

Essa discrepância entre as intenções e a fecundidade realizada deve-se, sobretudo, às mudanças no *tempo* da fecundidade, isto é, ao adiamento da maternidade para idades mais avançadas e à concorrência com outras atividades na sociedade moderna, onde os casais têm preferências e/ou prioridades simultâneas. Como geralmente não podem cumprir todos esses desejos ao mesmo tempo (sendo alguns mutuamente exclusivos), eles acabam o seu período reprodutivo com menos filhos do aquele respondido em pesquisas como número ideal o que gostariam ter (Demeny, 2003).

Bongaarts (2001, 2002) em importantes estudos sobre fecundidade real e desejada mostra, em vários países desenvolvidos, diferenças significativas entre o número pretendido de filhos e a taxa de fecundidade atual, revelando que há um grande número de mulheres que desejavam mais filhos do que tem. Indicam, ainda, que a diferença entre a média pretendida e a média de fecundidade alcançada tem aumentado nas últimas décadas. Ou seja, a queda da fecundidade para níveis abaixo da reposição não tem sido acompanhada por uma correspondência na queda nas intenções de fecundidade.

Na Europa, Goldstein *et al.* (2003) mencionam que, apesar dos declínios na fecundidade para patamares bem abaixo do nível de reposição, em muitos países europeus, mulheres e homens continuam a responder aos inquéritos que gostariam de ter, pelo menos, duas ou mais crianças. Apesar desse panorama, os autores evidenciam que o ideal de dois filhos pode estar começando a mudar, destacando os casos da Áustria e da Alemanha, onde as médias nacionais de filhos desejados caíram para níveis abaixo da reposição. As coortes mais jovens nestes países relataram ideais de tamanho das famílias ainda menor, com média de 1,7 filhos, sugerindo que a alteração no tamanho das famílias reais está, finalmente, começando a ter um

efeito sobre os ideais de filhos das próximas gerações. O estudo conclui que o surgimento de intenções de fecundidade para níveis abaixo da reposição marca uma nova etapa dos regimes de fecundidade abaixo da reposição, e citam Bongaarts (2001, p. 276), para quem “o tamanho desejado de família estável ou abaixo de dois é a questão mais crucial que determina a pós-transição da fecundidade”.

Estudos como o Hagewen & Morgan (2005) e Bongaarts (1990, 2001) identificam, para ambos contextos desenvolvidos e em desenvolvimento, um ideal normativo de intenção por dois filhos, produto resultante de duas forças opostas. Por um lado, a pressão, para cima, relacionada com as preocupações de se ter apenas uma única criança; por outro, a pressão para baixo relacionada com a idéia de que ter quatro (ou mesmo três) crianças seria uma grande família. Essa norma, com o transcorrer da vida, torna-se mais consistente e conhecida e, cada vez mais, as intenções de fecundidade convergem à norma social de dois filhos.

Bongaarts (2011) ainda revela que o registro empírico do tamanho desejado de família de dois filhos, normalmente um menino e uma menina. E o autor acredita ser razoável supor que o tamanho desejado da família estabilize-se em cerca de dois, mas, tendo em vista o alto custo das crianças e a tendência para o consumismo e individualismo, não surpreenderá se o tamanho desejado de família cair ainda mais.

Nesse cenário, mesmo que seja um argumento relativamente transparente que os casais que não têm acesso a formas aceitáveis de contracepção têm mais filhos do que querem, e que a disponibilidade e acesso a tais serviços resultará no fechamento do hiato entre fecundidade realizada e desejada, é menos explícito o que deve ser disponibilizado para os casais que têm menos filhos do que eles dizem que querem. Pela experiência de diversos países com *lowest low fertility*, principalmente, aqueles da OCDE⁶, as políticas para o aumento da fecundidade não tem sido tão eficazes para quanto se esperaria (Herán, 2013; Thévenon & Luci-Greulich, 2013). Apesar do crescente aumento do número de casais com "necessidade não atendida de crianças", pouca atenção tem sido dada às pessoas que têm menor número de filhos que o desejado, pois grande parte da literatura ainda tem se concentrado em fecundidade não desejada por excesso, ou seja, pessoas que têm mais filhos que o declarado desejado, particularmente nos países em desenvolvimento.

Adsera (2006), ao estudar a Espanha, expõe que o tamanho da família é o resultado de decisões sequenciais influenciado tanto pelas preferências quanto pelas mudanças em curso no ambiente em que vive uma família. Percebeu-se – paradoxalmente – que o número de mulheres que têm menos filhos dos que gostariam aumentou nas últimas décadas. Com o desemprego elevado e persistente na Espanha, durante as duas últimas décadas, a incerteza econômica das coortes jovens aumentou, resultando em adiamentos da fecundidade. Essas mães “tardias” são menos susceptíveis de atingir seu tamanho de família pretendido. Ainda, as características do trabalho em que as mulheres estão inseridas podem facilitar ou dificultar o duplo papel da mulher. A estabilidade do emprego do setor público diminui as dificuldades enfrentadas pelas mulheres de equilibrar trabalho e família, permitindo que alcancem a fecundidade desejada, tal como as mulheres inativas. Contrariamente, mulheres inseridas no setor privado e em empregos de contratos temporários, em que há grandes incertezas

⁶ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, que procura fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais. Maiores informações em: <http://www.oecd.org/>

econômicas e maior incompatibilidade entre trabalho e família, apresentam maior percentual de fecundidade insatisfeita devido à falta de filhos.

Outro estudo feito por Hagewen & Morgan (2005), analisando e comparando a tendência do número esperado de crianças e fecundidade real nos EUA, identificou que, assim como na maioria das pesquisas, a intenção por filhos é maior que dois filhos e com isso muito superior aos níveis de fecundidade realizada. Além disso, o ideal e intenção dominante entre os americanos é de duas ou três crianças e essas preferências têm persistido nas últimas três décadas.

Régnier-Loilier & Vignoli (2009) examinaram as intenções e o comportamento de fecundidade na França e na Itália, comparando os diferentes aspectos da fecundidade (desejos, intenções, realizações e fatores associados) e testando as diferenças e semelhanças entre o modelo francês e italiano. Foi revelado que apesar do número desejado de crianças em ambos os países serem muito parecidos (dois filhos), a fecundidade realizada é muito diferente (1,3 na Itália e 2 na França). Um dos motivos é que existem diferenças no perfil econômico e social de mulheres cuja fecundidade desejada é de um e de dois filhos em ambos os países, o que leva a resultados de fecundidade diferenciados. Além disso, e talvez mais decisivo para as diferenças nos níveis de fecundidade entre ambos os países, é que existem fatores objetivos (características sócio-econômicas tais como educação, emprego, renda e políticas de família) e subjetivos (projetos de vida das mulheres e relações de gênero) diferentes que ajudam ou obstaculizam a realização das intenções declaradas nestes países.

Dommermuth *et al.* (2009) verificam o papel das atitudes, normas e controle comportamental percebido no momento da decisão de ter um primeiro ou subsequente filho no contexto da Noruega. Verificou-se que nem todos os fatores sociopsicológicos influenciam o *timing* da decisão, e estes fatores parecem ser menos fundamentais na decisão de se tornar pai ou mãe pela primeira vez do que na decisão de ter outro filho. Entre os homens, observou-se que uma visão positiva das consequências ou dos benefícios de ter outro filho influencia diretamente o comportamento de fecundidade. As normas subjetivas foram importantes entre os homens sem filhos, e foram a única explicação para as diferenças no tempo de decisões de fecundidade entre aqueles que ainda não se tornaram pais. Adicionalmente, a percepção do indivíduo de sua capacidade de superar as restrições em ter um (outro) filho tornou-se insignificante quando foram incluídas medidas objetivas de controle. Assim, as atitudes não são relevantes nas decisões sobre o *timing* de se tornar pai, talvez porque a questão para adultos sem filhos não é o *timing*, mas a decisão de ter um filho ou não.

Não somente em países europeus, mas também na América Latina, há um percentual surpreendentemente alto de mulheres que alcançam o fim de suas vidas reprodutivas com menos crianças sobreviventes do que seu tamanho ideal de família. Esse percentual varia de 24,2% de todas as mulheres com idades entre 45-49 na Nicarágua (1998) e 41,1% na República Dominicana (1996). Na República Dominicana e Guatemala, esse percentual é maior que o percentual das mulheres de 45-49 que excedem o tamanho de família declarado ideal (Hakkert, 2003). Para o autor, embora seja provável que o emocional e os custos econômicos associados a essa demanda não atendida por filhos sejam, muitas vezes, menores do que os gastos com a fecundidade em excesso, esse é um fato que não pode ser ignorado se o objetivo é quantificar a correspondência entre as preferências individuais e os resultados de fecundidade. No Brasil, o autor afirma que para 1996, 30% das mulheres entre 45 e 49 apresentavam um tamanho de família menor que o declarado ideal.

Wong (2009) encontra resultados similares e mostra que o número de filhos desejados nos países analisados (Haiti, Colômbia e República Dominicana) são muito similares, independentemente da fase de transição da fecundidade nestes países e estrato social da população. A autora ainda revela uma queda da fecundidade considerável em todos os níveis sócio-econômicos, o que a faz sugerir que as mulheres de diferentes classes sociais, e não apenas de níveis sociais elevados, tem menos filhos do que os desejados.

Também o estudo de Chackiel & Schkolnik (2003) mostra que alguns países possuíam um maior número de filhos desejados que a Taxa de Fecundidade Total, especialmente o México. Para o Paraguai, Peri & Pardo (2008) verificam que, em geral, há uma tendência de discrepância em quase todos os setores, pois termina-se o período reprodutivo com uma fecundidade desejada igual à observada somente naquelas pertencentes a setores socioeconômicos mais elevados e entre aqueles que tiveram dois ou três filhos. Quanto à demanda por falta de filhos, revelou-se que uma em cada três mulheres terminam o período reprodutivo com um menor número de filhos que o desejado.

Em suma, os fatores que levam a uma discrepância de fecundidade –entendida, a partir de agora, como a situação de ter menos filhos do que declarado desejado– parece divergir entre países e indivíduos. É possível dizer que variáveis ligadas às características sócio-demográficas dos indivíduos, tais como idade, escolaridade, renda, situação de emprego e políticas de conciliação trabalho-família fazem com que estes realizem mais ou menos as suas intenções de fecundidade. Por outro lado, questões ligadas à percepção individual e personalidade, tais como busca de ascensão e reconhecimento na carreira, visão da (pa)maternidade, compartilhamento das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, também influenciaria a implementação das preferências reprodutivas, tanto no que diz respeito do número de filhos tidos quanto no tempo em que estes são gestados e nascem.

3. Indicadores de preferência reprodutiva e suas críticas

As informações sobre preferências reprodutivas e correspondentes indicadores há muito tempo têm sido utilizados para determinar a demanda por crianças numa população (Mc Clelland, 1983). São, segundo Casterline & El-Zeini (2007), a mais importante das dimensões subjetivas da fecundidade quando se deseja avaliar em que medida os resultados desse processo de decisão por filhos são satisfatórios para os indivíduos.

Conforme Ryder & Westoff (1977), as medidas mais diretas e facilmente relacionadas à fecundidade são as preferências reprodutivas. A medida mais utilizadas para avaliar a preferência de fecundidade é o número desejado de filhos, normalmente captada a partir da pergunta sobre o número o tamanho ideal da família ou número ideal de filhos. No entanto, as preferências podem ser mensuradas de diversas formas, dentre as quais se destaca: qual a intenção por filhos do casal; se o nascimento do último filho foi desejado; se quer ter outra criança; e qual o total de filhos pretendido. Os autores valorizam muito a questão "Se você pudesse ter exatamente o número de filhos que deseja, qual seria este número". Campbell & Mosher (2000) enfatizam a importância de indicadores sobre o tempo da concepção e querer um filho naquele momento, ou seja, identificar as gravidezes indesejadas e sua relação com aborto.

Existem claras diferenças no significado de indicadores de intenção e desejos reprodutivos que são relevantes para a pesquisas e formulação de políticas públicas. A principal diferença entre o desejo e a intenção é que o primeiro reflete a vontade de alcançar um objetivo por algum tipo de ação, enquanto as intenções envolvem uma decisão específica para exercer uma

meta acionável, associada com um compromisso e um plano para implementar essa decisão, em que as intenções estão sujeitas à restrições situacionais que atuam sobre fazer o que se quer. De outra forma, desejos são definidos como algo que é pensado de forma irrestrita, enquanto que as intenções incorporam fatores como as circunstâncias pessoais do indivíduo e as percepções que estes têm dos desejos dos seus parceiros (Miller & Pasta, 1994; Thomson, 1997).

Phillipov (2011) acredita que os demógrafos que analisam as intenções de fecundidade circulam em duas dimensões. A primeira compreende o nível macro, a fim de melhorar a precisão das previsões de fecundidade. As intenções de fecundidade têm desempenhado um papel importante na pesquisa sobre reprodução desde os anos 1950 (Morgan 1985) e um dos primeiros estudos sobre validação das intenções foi o de Westoff & Ryder (1977), que mostrou que as intenções de fecundidade são predizem melhor o comportamento da fecundidade do que outros fatores, incluindo a parturição, intervalo de nascimento, educação, situação de emprego e religião. Recentemente, Liefbroer (2009), para os Países Baixos, e Morgan & Rackin (2010), para os EUA, mostraram que a fecundidade pretendida não está longe de fecundidade atual, embora um grande número de indivíduos não atinja o número de filhos pretendido enquanto outros acabam com mais crianças do que pretendiam.

Apesar dessa história aparentemente positiva da pesquisa sobre as intenções de fecundidade, a maioria dos demógrafos concorda que atualmente a força de previsão da fecundidade a partir dos desejos e das intenções tem sido baixa. E é justamente essa lacuna entre intenção e comportamento de fecundidade que tem impulsionado os pesquisadores a investigar as razões pelas quais as pessoas não realizam sua fecundidade desejada.

Nesse sentido, para Phillipov (2011) esta seria a segunda dimensão, o nível micro, em que microdados e métodos que levam à melhor compreensão dos fatores que conduzem à construção das intenções e posterior realização ou frustração das mesmas. Nesta dimensão utilizam-se métodos econométricos aplicados aos dados de inquéritos. Contudo, os estudos sobre a realização de intenções são escassos por exigirem uma série de dados em painel, raramente disponíveis.

Nesse sentido, Iacovou & Tavares (2011) confirmam que uma das grandes dificuldades no estudo das intenções é a limitação dos dados. Elas defendem a importância de se estudar as mudanças das intenções de fecundidade, pois deixar de reconhecer que as intenções de ter ou não filhos mudam ao longo da vida implica acreditar que elas formam-se no início, continuam a ser um objetivo essencialmente estático a ser perseguido durante a vida reprodutiva, e no final da mesma se cumprem ou não. Portanto, a fecundidade deve ser pensada como um processo dinâmico, em que as intenções são revistas no desenrolar dos processos vitais. O estudo revela que a idade é um fator importante para as revisões das intenções reprodutivas, pois as intenções tendem a serem reduzidas com o avanço do período reprodutivo. Além disso, o estado conjugal mostrou-se relevante para as mudanças nos planos reprodutivos: as pessoas levam em conta os planos de fecundidade de seu parceiro e revêem os seus próprios planos, bem como o início de novos relacionamentos aumentam as intenções por filhos. Por fim, as mudanças nas intenções por filhos estão relacionados à própria experiência com a maternidade e com a paternidade, pois há um ajuste para cima ou para abaixo das intenções por filhos dependendo de quão positivas ou negativas são percebidas as vivências com os filhos.

Poucos assuntos na literatura demográfica são tão controversos como a medição de preferências reprodutivas e a avaliação das suas implicações. A controvérsia centra-se em

torno da validade e da confiabilidade das respostas às perguntas sobre tamanho de família ideal, o desejo de continuar tendo filhos e o status de desejo dos nascimentos passados e sua relação em prever o comportamento e os níveis de fecundidade. Caldwell (1985) foi um dos primeiros críticos das medidas de tamanho da família ideal, dado que dependem de relatos de mulheres que podem ter pouca influência na tomada de decisões sobre sua fecundidade.

Outros estudos nas décadas de 1970 e 1980, contrariamente sugerem que a informação é útil e não falha. Westoff (1990) analisou a declaração da intenção de ter ou não ter mais filhos e quão perto a proporção de mulheres que reportava querer mais filhos relaciona-se com a taxa de fecundidade. Os resultados demonstraram um alto nível de validade, com cerca de três quartos da variância na TFT associada com a porcentagem de mulheres que relataram que não queriam mais filhos. A associação entre a TFT e a taxa de prevalência da contracepção foi elevada, já que a prática contraceptiva é, naturalmente, a ligação entre as intenções e a fecundidade. Para o autor, a parte "inexplicada" dessa variância (com exceção do erro de medição) é composto por aquelas mulheres que não queriam mais filho, mas que não estavam praticando a contracepção (aquelas com uma demanda insatisfeita) e as mulheres que estavam praticando contracepção para o espaçamento ao invés de limitar os nascimentos. Ao parecer, a medida sobre intenções reprodutivas tem um acentuado nível de validade e a sua inclusão nas pesquisas de fecundidade e contracepção é amplamente justificada.

Já Bongaarts (1992) investigou as medidas de preferência e concluiu que os indicadores do desejo das mulheres para continuar tendo filhos são confiáveis. Apesar de o tamanho desejado de família estar sujeito a vieses, como por exemplo, a racionalização. Esse efeito da racionalização ocorre quando as pessoas ajustam os seus desejos em relação ao número de filhos que elas já têm, mas, como sugerido por Hakkert (2003), a racionalização pode existir em dois sentidos, tanto infla-se a resposta sobre os seus desejos por terem dito mais filhos que de fato desejavam, quanto diminuindo as suas expectativas, haja vista não terem atingido o tamanho de família idealizado. Já o segundo caso de racionalização tem recebido pouca atenção.

No entanto, essas medidas ainda continuam sendo contestadas porque, segundo Gauthier (2007), podem ser voláteis e, ao invés de refletir as preferências pessoais dos respondentes, podem espelhar mais as normas sociais locais. Por isso, Goldstein *et al.* (2003) recomendam o uso de um número ideal "pessoal" de filhos, uma vez que se espera que esta pergunta seja menos influenciada pelas normas sociais. Mesmo assim, os autores não acreditam que esse ideal personalizado possa incorporar as condições ideais de vida que as pessoas imaginam quando realizam essa construção mental, pois há um pouco de irrealismo e/ou imaginação nesta medida.

Sobre os problemas dos indicadores de preferência, Philipov *et al.* (2009) sugerem haver um hiato de fecundidade baseado no número pretendido ou esperado de filhos e no número de filhos que a pessoa tem ao longo da vida, o qual apresenta vários problemas. Um deles é que a maioria dos entrevistados só saberá se eles realmente terão o número de filhos previstos décadas após as suas intenções terem sido medidas. Além disso, as informações sobre os obstáculos para engravidar só se tornam disponíveis quando já é tarde para uma intervenção de políticas. Assim, os indicadores sobre a fecundidade desejada podem ser muito gerais ou, até mesmo, imprecisos, já que não fornecem as informações realistas e em tempo hábil sobre os obstáculos que impediram que se cumprissem os desejos. Ou seja, os indicadores disponíveis sobre fecundidade desejada raramente refletem, realisticamente, as expectativas sobre ter um filho. Esses indicadores devem fornecer correta informação sobre os obstáculos à procriação e identificar aqueles que podem ser abordados por políticas relevantes.

Também Santelli *et al.* (2009) discutem sobre as explicações possíveis para essas aparentes contradições nas medidas de preferências reprodutivas, sugerindo que pretender engravidar pode ser distinto da vontade de estar grávida, o conceito de planejamento de uma gravidez pode não ser significativo para algumas mulheres; pode haver uma ambivalência sobre como evitar a gravidez e isso pode ser expresso no uso imperfeito da contracepção. Além disso, os autores apontam que as intenções de gravidez são produto de múltiplas e complexas forças sociais e econômicas. Da mesma forma, sugerem a necessidade de considerar as atitudes, intenções e comportamentos dos parceiros do sexo masculino e a influência desses sobre as intenções das mulheres, uso de contraceptivos, e as decisões de fecundidade.

4. Metodologia

Este estudo utilizou a metodologia qualitativa para o entendimento do fenômeno pesquisado. Trata-se de um estudo de caso, o qual segundo Yin (1994) é adequado para compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, em que é possível identificar o “como?” e o “porquê?” da dinâmica de um fenômeno, em que se busca um aprofundamento nos temas de interesse.

Os dados foram coletados a partir de uma pesquisa de campo com entrevistas em profundidade individuais a casais em Belo Horizonte, (MG), Brasil⁷, no período de julho à setembro de 2013. Também foi aplicado aos entrevistados um mini questionário contendo perguntas idênticas àquelas utilizadas na PNDS sobre preferências reprodutivas, a fim de comparar os dados quantitativos aos qualitativos e acima de tudo questionar a validade os indicadores utilizados.

Foram entrevistados 31 casais, em que a mulher, utilizada como âncora, tinha entre 35 e 44 anos⁸ e possuía graduação completa ou mais. Entre estes casais 12 não tinham filhos, 11 tinham um filho e oito tinham dois filhos. Entre aqueles que já tinha filhos, na metade deles as mulheres se tornaram mães antes dos 35 anos e a outra metade depois dos 35 anos. As entrevistas foram realizadas pela própria autora, a qual seguiu um roteiro semi-estruturado, o qual permitiu um diálogo mais ativo por parte dos entrevistados e um aprofundamento dos temas de interesse da pesquisa. As entrevistas aconteceram no local de preferência dos entrevistados (domicílio ou no local de trabalho) e duraram, em média, 45 minutos.

No recrutamento das entrevistadas foi levado em consideração o critério de conveniência em que foi utilizado a técnica *Bola de Neve*, onde os participantes sugerem outros para serem entrevistados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretadas a partir da análise de conteúdo. Os participantes –com nomes fictícios– foram identificados pelo número de filhos e

⁷ Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais. O município tinha 2,4 milhões de habitantes em 2010; seu IDH foi de 0.810, sendo que a média nacional foi 0,73. A TFT de 2012 foi de aproximadamente 1,7 se calculada pelos registros contínuos de boa cobertura.

⁸ Estipulou-se essa idade devido ao fato da probabilidade de ter mais filhos ser pequena, uma vez que a fertilidade é reduzida e por ser a faixa etária em que a medicina define como gestação de risco e maternidade tardia. Sendo assim, o grupo acima de 35 anos teria mais motivos a serem revelados como possíveis causas de ainda não terem realizado a sua fecundidade, os quais interessam a essa pesquisa, bem como teria menor período e possibilidades de satisfazer sua fecundidade, caso esta ainda não esteja realizada. Não se trabalhou com mulher acima de 45 anos para evitar uma disparidade etária muito grande e por ser uma idade próxima ao final do período reprodutivo, e por de alguma forma isto influenciar as respostas das mulheres quanto à sua satisfação de fecundidade. Além disso, as mulheres de 45 em diante fazem parte de coortes com vivências, experiências e pressões diferentes daquelas de mulheres de até 35 anos e, com isso, ainda não serem influenciadas pelos fenômenos da baixa fecundidade e possível adiamento da mesma.

idade, de forma que o leitor tenha certeza de que as falas utilizadas refletem opiniões que vêm de diferentes pessoas e não de uma mesma. As falas dos entrevistados estão apresentadas sempre em itálico e entre aspas (ex. “fala do entrevistado”). Já as interferências e questionamentos do entrevistador estão sinalizados entre colchetes (ex. [fala minha]) e o que aparece esporadicamente entre parênteses no final da identificação do entrevistado são informações adicionais as quais ajudam a entender o contexto daquele participante. As pesquisas que subsidiam este estudo seguem os princípios éticos que regem os estudos que envolvem seres humanos e foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

5. Resultados e discussões

Os dados das entrevistas possibilitaram avaliar o comportamento de fecundidade e entender a satisfação dos indivíduos em relação à opção que fizeram. Esta análise foi feita com base no tradicional indicador de discrepância de fecundidade (fecundidade desejada versus fecundidade realizada) e também por meio de medidas mais abstratas sobre a relação entre satisfação, felicidade e fecundidade, campo que tem ganhado, cada vez, mais espaço na demografia.

Para aplicar o indicador da diferença entre fecundidade desejada e realizada é preciso analisar a TAB.1. Nesta observa-se que, em média, o número desejado de filhos total foi de 2,22. Sem a intenção de generalizar, esta média corrobora com a idéia universal de um ideal de tamanho de família de dois filhos (Bongaarts, 2002; Hagewen & Morgan, 2005), sendo que esta média foi de 2,1 e 2,3 para homens e mulheres respectivamente. Observando as diferenças por parturição, os dados mostram que há claras diferenças no número ideal de filhos de acordo com a parturição dos casais. Casais sem filhos tiveram um ideal médio de próximo a 1,6 filhos com quase nenhuma diferença entre homens e mulheres, já entre aqueles com um filho o número ideal médio foi de 2,1, sendo que entre estes casais as mulheres desejavam em média menos filhos do que os parceiros. Por fim entre aqueles que já tinham dois filhos a média de filhos desejados foi a mais elevada, 2,94 filhos, sendo que neste caso as mulheres tinham o ideal de filhos mais elevado do que os seus esposos.

Com relação à percepção do número de filhos desejados pelo parceiro, observa-se (TAB.1) que independente da parturição os casais acreditam que os seus parceiros desejam em média menos filhos do que o declarado por eles. Essa tendência foi mais pronunciada entre os casais com dois filhos, em que os homens acreditavam que em média as suas parceiras desejam 2,56 filhos e estas na verdade declararam uma média de 3,1, e da mesma forma, as mulheres desse grupo acreditavam que os seus parceiros tinham um ideal de filhos em torno de 2,56 e estes relataram um ideal de 2,78. Em que passe a impossibilidade de generalizar, neste seguimento populacional, o indivíduo tenderia a pensar que o parceiro deseja um número de filhos menor em relação ao seu próprio desejo. Apesar destas diferenças, estes dados apontam para uma correlação bastante forte entre os dados reais e aqueles fornecidos pelos parceiros, indicando que, assim como sugerido por Thonson *et al.* (1990), a resposta das mulheres sobre os desejos dos parceiros —com os correspondentes ajustes— podem ser bons preditores do comportamento do casal.

Outra questão percebida com a aplicação da pergunta sobre ideal de filhos da PNDS que precisa ser destacada, assim como já apontado por alguns críticos de indicadores de preferências reprodutivas (Gauthier, 2007; Goldstein *et al.*, 2003), foi o fato desta pergunta mostrar-se bastante confusa, uma vez que para alguns entrevistados ela parece instigar mais uma reflexão sobre as normas sociais quanto ao tamanho de família ideal do que sobre as suas

próprias preferências. Como exemplo disso, ao ser feita a pergunta, alguns entrevistados se questionaram e perguntaram à entrevistadora se eles deveriam responder sobre o ideal de filhos que eles achavam que as pessoas deveriam ter ou se eles deveriam responder sobre o número ideal que eles queriam ter. Obviamente, entre aqueles que perguntaram, estes foram instruídos a informar as suas preferências individuais. Com isso, acredita-se que outros entrevistados tiveram dúvidas similares, contudo podem não ter se questionado e acabaram por responder muito mais pensando em uma norma socialmente imposta do que à respeito dos seus próprios desejos. Conseqüentemente, este indicador pode não refletir as expectativas

Respostas	casais sem filhos		casais com 1 filho		casais com 2 filhos		Média geral
	ela deseja	ele deseja	ela deseja	ele deseja	ela deseja	ele deseja	
No questionário da mulher, ela disse que...	1,58	1,42	1,82	2,36	3,11	2,56	2,17
No questionário dos homens, ele disse que...	1,50	1,58	1,64	2,45	2,56	2,78	2,27
Média geral da fecundidade desejada	1,58		2,14		2,94		2,22

Fonte: Mini-questionário aplicado aos entrevistados

individuais sobre ter filhos.

TABELA 1 – Média do número ideal de filhos respondidos pelos entrevistados (n=62) de acordo com a resposta da esposa e do marido segundo a parturição da mulher

Os dados acima são mais de caráter quantitativo, mas ao se deparar com os dados das entrevistas, há detalhes que é importante considerar, pois para entender o número de filhos que de fato os entrevistados tiveram e motivo destas escolhas, é necessário entender o que faz o desejo não se tornar real. Fishbein & Ajzen (2010) mostram que o desejo por filhos é consequência das experiências vividas e do comportamento percebido da capacidade de ser tornar mãe/pai pelos indivíduos. Além disso, Barber (2011), afirma que a formação dos desejos e das intenções de fecundidade é dinâmica e mudam ao longo do tempo em resposta às forças de socialização e experiências sociais vividas pelos indivíduos. Nesse sentido, tentou-se captar esses desejos por filhos e as mudanças dessas intenções ao longo da vida pelos entrevistados e percebeu-se que o desejo por filho no passado era elevado mas que foi mudando ao longo do tempo.

“Como base, ‘eu queria ter três’. Quando eu casei, inicialmente eu queria...”. Lara, 1 filho, 37 anos

“Pensava isso no início três, quatro para poder ter muitas crianças perto de mim para brincar, para conversar”. Gustavo, 2 filhos, 54 anos

Quando eram jovens o número de filhos era muito diferente do os entrevistados deseja e tem hoje, pois eles próprios percebem que os desejos mudam ao longo do tempo. Segundo Barber (2011) as pessoas formulam intenções para se comportar de uma maneira, mas quando são confrontadas com situações reais e escolhas reais, elas podem mudar o comportamento frente a esta nova realidade. Nesse sentido foi possível identificar que casamento tardio, questões de investimento da carreira, situação econômica são alguns exemplos que podem levar à

mudanças nos desejos e comportamentos os indivíduos. Nos relatos abaixo demonstra-se que os cursos que a vida toma faz com que os planos não saiam bem na forma como foram idealizados e os indivíduos acabam se adaptando.

“Foi tudo ao contrário. Para começar, aos 25 eu não estava nem namorando, não estava casada” Wanda, 1 filho, 37 (queria ser mãe nova e foi mãe após 35 anos)

“... quando eu era mais jovem e pensava em ser mãe, eu pensava pelo lado de fazer diferente do que meus pais fizeram. Depois, quando eu me casei... eu comecei a pensar em não ter filhos porque eu comecei a ganhar meu próprio dinheiro, eu formei, comecei a ter minhas coisas..... Mas o tempo foi passando e eu comecei a sentir assim: ‘Nossa, eu estou ficando velha, e se eu não conseguir engravidar depois? Será que eu realmente estou perdendo uma coisa muito legal? E se eu tiver que acordar cedo todo dia, acordar de madrugada e ter problema? Será que eu vou passar por isso?’. Eu acho que é um pensamento até um pouco egoísta, mas a verdade era essa. Quando eu quis, eu falei para ele e ele aceitou.” Carolina, 1 filho, 35 anos (queria ter filho quando era jovem, passou a não desejar e posteriormente voltou a ter o desejo, o qual o realizou)

“Agora é tudo diferente. eu queria casar, ter três filhos, inicialmente. Depois, casei e vi assim, que financeiramente é um gasto muito grande, porque tem casa, tem um monte de coisa para fazer, aí eu queria dois.” Lara, 1 filho, 37 anos (queria ter três filhos, depois dois e agora tem 1 e não quer mais)

Foi bastante claro, especialmente entre os homens sem filhos, que o desejo por filhos foi diminuindo com a idade, estes desejavam filhos quando eram mais jovens, e que houve uma tendência de diminuição deste desejo ao longo de suas vidas, e o motivo para isso, parece não ter uma explicação simples. Tanto Humberto quanto Vitor não conseguiram justificar o motivo de terem perdido o desejo por filhos. Já Pedro parece que foi a consciência que o desejo que sentia era muito influenciado pela norma cultural de ter filhos, e só depois que de fato assumiu os seus próprios desejos é que descobriu que não queria ter filhos. Aqui tem-se mais uma vez uma comprovação de que os indicadores sobre a fecundidade desejada parecem ser muito gerais e até mesmo imprecisos, pois não fornecem a informações concretas e nem em tempo hábil sobre os obstáculos que fizeram com que os desejos mudassem e de alguma forma que impediram que os indivíduos cumprissem os seus desejos iniciais (Philipov *et al.*,2009).

“Eu acho que quando eu era mais novo eu tinha mais uma intenção de ter filho e ter talvez até mais filhos. À medida que o tempo vai passando eu percebo que isso está diminuindo, a vontade de ter filho e também a quantidade talvez esteja diminuindo.” Humberto, sem filhos, 41 anos

“À medida que o tempo foi passando eu fui perdendo a vontade de ter filho, e é difícil te dizer por quê.” Vitor, sem filhos, 39 anos

“Mudou bastante. Para mim antes era um pouco indiferente, eu imaginava que seria uma consequência mais ou menos esperada, depois eu passei a sentir que realmente eu não queria, que seria uma transformação muito radical, muito séria e que eu não estava disposto a encarar.” Pedro, sem filhos, 43 anos

Além disso, mesmo neste grupo mais escolarizado, existe uma cobrança das redes para se ter filhos, e assim como destacado por Johnson-Hanks *et al.* (2006), elas têm um papel bastante

forte relacionado ao cuidado com crianças propriamente dito, também desempenham uma função importante como julgadora de comportamento, em que os atores sociais empregam esquemas para determinar a forma de agir, para justificar suas ações e avaliar as ações dos outros; o que de certa forma pode interferir no comportamento reprodutivo do casal. Como exemplos dessas manifestações, as falas abaixo mostram como as redes dos casais vêem e avaliam o comportamento reprodutivo deles. Entre aqueles casais sem filhos, as redes parecem fazer uma grande pressão e cobrança para que eles tenham filhos, os quais são sempre questionados sobre a opção de (ainda) não terem filhos ou não terem mais de um. Ou seja, ainda choca, no Brasil, o fato de casais adiarem ou optarem por não terem filhos.

“Não tinha questionamento, era sempre aquela coisa assim, como se fosse uma obrigação, como se uma coisa estivesse ligada a outra: você tem que casar, você tem que ter filho; o ser humano foi feito para procriar. Como se esse fosse o único objetivo de vida ou algum tipo de realização.” Teresa, sem filhos, 38 anos

“Tenho essa pressão. Muita gente: ‘Mas você não vai ter? Que coisa! Que absurdo. E quando você estiver velha?’, como se fosse algum sinônimo de que você...”. Rafaela, sem filhos, 39 anos.

Agora analisando o comportamento de fecundidade propriamente dito, é possível verificar na TAB. 1 que, na média, a maioria, dos indivíduos e casais entrevistados estavam com uma discrepância de fecundidade, pois entre os aqueles sem filhos a média desejada era de 1,58 filhos, entre aqueles com um filho o comportamento desejado seria de 2,14 filhos e entre aqueles com dois filhos a fecundidade desejada era de 2,94 filhos. Ou seja, todos tinham menos filhos do que o declarado ideal. Intuitivamente muitos poderiam dizer que estes casais estariam insatisfeitos com sua fecundidade atual e conseqüentemente, esta conclusão os colocaria em uma situação desfavorável. Contudo, não se pode simplificar este resultado, por um lado, porque, como já discutido em capítulos anteriores, este indicador sofre de vários problemas metodológicos e, por outro, porque a amostra foi seletiva de pessoas com alta escolaridade. Por isso, é preciso observar os dados qualitativos, para entender até que ponto essa discrepância entre fecundidade desejada e realizada, de fato, leva a uma insatisfação por parte do indivíduo quanto ao seu comportamento observado da fecundidade. A partir dos trechos a seguir podemos discutir melhor estes resultados.

Os casais sem filhos seriam aqueles que mais se aproximariam da situação de, além de estarem com uma discrepância, também estariam insatisfeitos, visto que somente dois casais relataram não querer, de fato, filhos. A maioria, pelo contrário, disse que gostaria de ter pelo menos um. Entretanto, um grande impasse parece acontecer, é que a grande maioria dos casais que não tem filhos e que declararam um ideal de dois ou três no mini-questionário deixaram muito claro na entrevista que se tiverem filhos, terão no máximo um filho. Ou seja, apesar da existência de um desejo por dois ou mais, este número não é real, uma vez que eles sabem que não alcançaram este número, pois a intenção atual é bem menor. Esse fato, então, mascara a real insatisfação desses casais que, se for calculada simplesmente baseada na medida de discrepância, seria muito mais elevada do que realmente é. Isso foi verificado tanto para homens quanto para as mulheres.

“Agora eu sei que a gente vai ter um só mesmo. Hoje em dia não tenho vontade de ter dois.” Marina, sem filhos, 37 anos (Declarou que o ideal seria dois mas pretende ter um)

[E aqueles três que você disse, acha que vai ter?]"*Eu acho que não. Hoje eu penso o seguinte, se tiver um, graças a Deus, excelente.*" Fernanda, sem filhos, 37 anos (Declarou um ideal de 3 filhos mas pretende ter um)

"Realmente eu acho que vai ser um. Ela fala muito em um. Não sei se vai dar tempo de ter o outro não porque a gente está demorando". Alberto, sem filhos, 33 anos (declarou um ideal de dois mas pretende ter um)

"Bom, futuro eu planejo a gente construir a família, ter uns dois filhos, porque quatro, aquele número que eu falei é um número meio Alice nos país das maravilhas. Na realidade, uns dois filhos, continuar fazendo o que eu gosto e envelhecer bem, porque a gente ai ficando velho, preocupar com a saúde." Daniel, sem filho, 44 anos (declarou que o ideal seria 4 filhos mas quer ter dois)

"Tenho dúvida [se terá o terceiro filho] só pela questão financeira mesmo e pela questão de deixar, porque eu fico muito deprimida quando eu tenho que voltar [deixar a criança pequena na casa dos pais quando volta à trabalhar]. Karine, 2 filhos, 38 anos

Esse desencontro entre o número de filhos desejado e aquele que realmente os casais pretendem ter também aconteceu entre os casais que tem um e dois filhos, dado que mesmo sabendo que não terão 3 ou quatro filhos, eles declaram o número ideal muito elevado, contudo conscientemente eles sabem que esse número não se concretizará. E nestes casos, especialmente entre os casais com um filho, a discrepância não parece estar tão relacionada à insatisfação, uma vez que, para alguns pais, o segundo viria muito mais para ser uma companhia para o primeiro filho do que realmente, para realizar um desejo de se auto-satisfazer.

"Se um virar e falar assim, se eu pudesse ter, sei lá, se eu ganhasse na Mega Sena hoje eu teria três, mas racionalmente e financeiramente eu teria dois." Bruna, 1 filho, 37 anos (declarou um ideal de 3 filhos, mas só quer ter o segundo filho)

"Então, assim, por tudo isso eu me sinto satisfeita. Se o Lucas [esposo] tivesse a pretensão 'Eu quero mais um [filho]. Vamos ter mais um' eu acho que eu conseguiria mudar isso. Mas hoje em dia eu penso assim, tudo resolvido, não posso ter mais um [filho] para embananar tudo de novo." Alice, 1 filho, 39 anos (declarou um ideal de dois filhos, mas não quer ter o segundo filho)

"Por ele[filho], não por mim [ter outro filho]. Por mim eu estou satisfeita. Tive um filho, eu amo, adoro, e ele já preencheu." Lara, 1 filho, 37 anos (declarou um ideal de 3 mas pretende ter dois)

"Agora, o terceiro é que a gente está relutando. Por causa de educação, a gente sabe que já aperta mais. Esse segundo [filho] nós vimos o quanto aumentou a nossa despesa. Até para ter outro não pode morar aqui, porque o apartamento para quatro é tranquilo, mas para cinco ou até para seis, se vier gêmeos, porque na família dela tem gêmeos." Bernardo, 2 filhos, 46 anos (declarou um ideal de 4 filhos, contudo ainda não sabem se terão o terceiro)

Nesse sentido, é possível dizer que nem sempre uma discrepância de fecundidade se traduz diretamente em uma insatisfação por falta de filhos, e o que separa estes dois indicadores, na maioria das vezes, não é tão fácil de ser identificado.

Considerações finais

Perante a intensificação do fenômeno da discrepância de fecundidade e sua íntima relação com a baixa fecundidade este artigo buscou discutir até que ponto o descompasso entre fecundidade desejada e observada se caracteriza como uma insatisfação por falta de filhos e um descontentamento com a implementação das preferências produtivas.

A análise quantitativa prévia parece confirmar que, pela análise dos indicadores tradicionais de preferência, há uma forte predominância do fenômeno da discrepância de fecundidade, porque a maioria dos casais entrevistados declarou desejar mais filhos do que realmente tinham. No entanto, a partir das entrevistas em profundidade, verificou-se que uma parte importante mostrou-se totalmente satisfeita com a situação atual de fecundidade, exceto para o grupo de casais sem filhos, em que a maioria desejava ter pelo menos um filho, mas mesmo neste grupo as intenções por filhos estavam muito acima do que eles de fato pretendiam ter. Como consequência, foi neste grupo de casais em que mais se conseguiu identificar a relação entre ter uma discrepância e realmente estar insatisfeito com o comportamento de fecundidade atual. Para os demais casos, ter menos filhos do que declarado ideal não se traduziu em uma insatisfação com o comportamento de fecundidade, uma vez que o número de filhos declarados desejados, para a maioria dos entrevistados, não era aquele que intencionavam⁹ ter, pois não se mostravam dispostos a efetivar esse desejo.

Isso acontece porque constatou-se que as intenções de fecundidade são formuladas a partir das vivências familiares e do contexto social que os indivíduos foram criados, isto é, a partir do fracasso ou sucesso das experiências de família vivenciadas é que as pessoas idealizam suas preferências. Nesse sentido, os ideais por filhos declarados, no tempo presente, estão influenciados por normas subjetivas que acompanham os regimes de fecundidade do passado, em que o número de filhos tidos era muito mais elevado e, conseqüentemente, o número de irmãos. O maior problema nessa comparação de filhos desejados/observados é a defasagem de tempo desses indicadores. Ou seja, o número de filhos declarados ideal, no tempo presente, é construído com base em vivências de famílias maiores do passado, e o número de filhos nascidos é resultado da dinâmica e normas sociais do presente.

Assim, possivelmente esses desejos se referem a outros momentos no tempo (quando eram mais jovens, quando ainda não tinham se tornado mães e pais, etc.), e que respondiam muito mais às pressões das normas sociais - e do comportamento esperado imposto pelas mesmas - que realmente aos desejos íntimos dos mesmos. Ou seja, mesmo neste grupo bastante escolarizado, e dito como vanguarda da segunda transição demográfica, parece haver uma permanência das preferências de fecundidade do passado, em que os indivíduos tendem a obedecer o padrão de desejo por uma fecundidade mais elevada, indicando uma certa 'inércia da norma'¹⁰ quanto às preferências reprodutivas, o que tem como consequência essa elevada discrepância de fecundidade desejada e observada. Pois da mesma forma que a interação em redes sociais familiares pode funcionar como um multiplicador de fatores individuais e sociais que têm impulsionado a tendência para baixa fecundidade na Europa (Kohler *et al*, 2002), aqui no Brasil, assim como constatado no estudo de Kotte & Ludwig (2011) para a Alemanha, essa interação parece levar a uma transferência das preferências reprodutivas (mais elevadas) entre as gerações, uma vez que os desejos são formados a partir da experiência familiar de tamanho de família que as pessoas tiveram. Contudo, apesar dessa permanência dos desejos por filhos o mesmo não acontece com o comportamento real de fecundidade, pois o mesmo sobre influência de fatores socioeconômicos restritivos atuais. E assim, é possível, que o

⁹ Usa-se o verbo "intencionar" para diferenciá-lo do verbo "intentar"; este último remete a uma ação que visa concretizar um desejo, ao passo que o primeiro alude à desejos que ficam na abstração

¹⁰ Termo sugerido pela Prof^a. Maria Coleta de Oliveira, integrante da banca de defesa da tese.

desejo declarado pelos entrevistados seja estabelecido sem que sejam levados em conta todos os fatores que podem contribuir para que eles não se efetivem.

Além disso, uma outra possível dificuldade de captação da informação sobre discrepância e sua relação com a satisfação de fecundidade e conseqüentemente uma fonte de vies e/ou erro dos indicadores correntes utilizados para mensurar esse fenômeno é o fato de que ainda não é bem visto na sociedade brasileira a opção dos casais em não querer ter filhos. E da mesma forma que anteriormente o efeito de racionalização interferia na captação da fecundidade em excesso atualmente muitos indivíduos, ao responder sobre suas preferências, poderiam não assumir os seus reais desejos por não ter filhos, pois não estariam dispostos a ir contra a norma ainda existente, que é ter filhos.

É importante destacar que, mesmo com problemas na sua mensuração, a discrepância de fecundidade é um fenômeno presente e crescente. Considerando-se que, cada vez mais, a fecundidade no Brasil e na América Latina irá decrescer, espera-se, em decorrência, um aumento no *gap* entre fecundidade desejada e realizada - e que esse tema receba maior atenção por parte das políticas públicas de família. Os indicadores atualmente utilizados mostram-se ineficientes e controversos, intensificando o surgimento de novos questionamentos sobre a sua eficiência para captar a satisfação com o comportamento de fecundidade. Parece, então, que os achados discutidos na literatura sobre fecundidade insatisfeita por falta de filhos, baseados em dados do tipo DHS, se relacionam muito mais a uma discrepância de fecundidade do que exatamente a uma fecundidade insatisfeita por falta de filhos. Se isto é assim, a literatura que afirma ser este indicador um bom preditor da fecundidade, deve ser revista.

Além disso, será importante entender as formas diferenciadas dessa discrepância sobre os indivíduos, para que se possa valorar esse tema como um problema social, que requer políticas públicas efetivas.

Sugere-se, assim, que nas pesquisas quantitativas sobre implementação das preferências de fecundidade se utilize para determinar a situação de se ter menos filhos do que o desejado a noção de discrepância e não insatisfação. Pela própria natureza dos dados normalmente disponíveis, estes não seriam capazes, por si só, de informar sobre a real satisfação do indivíduo, uma vez que esta palavra, traz um juízo de valor, pois envolve questões mais abstratas e se relacionam à um contentamento e prazer resultante da realização daquilo que, de fato, se esperava ou do se desejava.

Por fim, necessita-se expandir as pesquisas sobre a análise da discrepância e satisfação de fecundidade e a criação de indicadores mais refinados sobre a temática, a fim de que, mesmo as pesquisas quantitativas, possam revelar, com mais afinco, a dinâmica do processo de tomada de decisão por filhos e capturar, de forma mais sensível, a existência de mecanismos limitadores da realização de fecundidade, assim como demonstrado pela pesquisa qualitativa.

Referências Bibliográficas

ADSERA, A. An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: the case of Spain. **Review of the Economics of the Household**, v.4, p.75-95, 2006.

BARBER, J. S. The Theory of Planned Behaviour: considering drives, proximity and dynamics. **Vienna Yearbook of Population Research**, v.9, p. 31-35, 2011.

BERQUÓ, E.; LIMA, L.P. de. Intenções Reprodutivas e Planejamento da fecundidade. In: **Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BONGAARTS, J. The measurement of wanted fertility. **Population and Development Review**, v.16, n.3, p. 487–506, 1990.

_____. Do Reproductive Intentions Matter? **International Family Planning Perspectives**, v. 18, n. 3, p. 102-108, Sep. 1992.

_____. Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies. **Population and Development Review**, v. 27, p.260–281, 2001.

_____. The end of the fertility transition in the developed world. **Population and Development Review**, v. 28, p.419–443, 2002.

_____. Can family planning programs reduce high desired family size in Sub-Saharan Africa?. In: **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, n. 37, v.4, p. 209-216, 2011.

CALDWELL, J. C.; REDDY, P., CALDWELL, P. The social component of mortality decline: an investigation in South India employing alternative methodologies. **Population Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 185-205, Jul. 1985.

CAMPBELL, A. A.; MOSHER, W. D. A History of the Measurement of Unintended Pregnancies and Births. **Maternal and Child Health Journal**, v. 4, n.3, p. 163-169, 2000.

CASTERLINE, J. B.; EL-SEINI, L. (2007) The Estimation of Unwanted Fertility. **Demography**, v.. 44, n. 4, p. 729-745, .Nov. 2007.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Predicting and changing behavior: The reasoned action approach**. New York: Psychology Press, 2010. 538 p.

CEPAL. **Population, Reproductive Health and Poverty**, Twenty-seventh session, Oranjestad, Aruba, 11-16 May, 1998. Disponível em: <<http://www.eclac.org/celade/publica/LCG2015i.htm>> Acesso: em 11/06/2012.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 51-74.

DEMENY, P. Replacement-level fertility: The implausible endpoint of the demographic transition. In: Gavin W. J., Robert M. D., John C. Caldwell, R. M. D'Souza (eds.), **The Continuing Demographic Transition**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

DOMMERMUTH, L.; KLOBAS, J. LAPPEGÅRD, T. Now or later? The theory of planned behaviour and fertility intentions. **Dondena Working Paper**, n. 20, Sep. 2009.

GAUTHIER, A. H. The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature. **Population Research and Policy Review**, v.26, n.3, p.323-346, 2007.

GOLDSTEIN, J. R., LUTZ, W., TESTA, M. R. The emergence of sub-replacement family size ideals in Europe. **Population Research and Policy Review**, v. 2, n. 2, p. 479-496, 2003.

HAGEWEN, K. J.; MORGAN, S P. Intended and ideal family size in the United States, 1970–2002. **Population and Development Review**, v.31, p.507–527, 2005.

HAKKERT, R. Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de género. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 267-288.

HERÁN, F. **Fertility and family-support policies: what can we learn from the European experience?** Keynote speech Opening ceremony of the 27th International Population Conference IUSSP, Busan (Republic of Korea), 26 Aug. 2013.

IACOVOU, M.; TAVARES, L. P. Yearning, Learning, and Conceding: Reasons Men and Women Change Their Childbearing Intentions. **Population and Development Review** v. 37, n. 1, p. 89–123, 2011.

JOHNSON-HANKS, J.; MORGAN; S. P.; BACHRACH, C.; KOHLER, H. P. The American Family in a Theory of Conjunctural Action. **Working paper**. Berkeley, CA: Department of Demography, University of California-Berkeley; 2006.

KOTTE, M.; LUDWIG, V. Intergenerational transmission of fertility intentions and behaviour in Germany: the role of contagion. **Vienna Yearbook of Population Research** , v.9, p. 207-226, 2011.

KOHLER, H.-P.; BILLARI, F.C.; ORTEGA, J.A. The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s. **Population and Development Review**, v.28, p. 641-680, 2002

LIEFBROER, A. C. Changes in family size intentions across young adulthood: A life-course perspective. **European Journal of Population**, v. 25, n. 4, p. 363–386, 2009.

MC CLELLAND, K. G.H. Family-size desires as measures of demand. In: Bulatao RA, Lee RD, ed. **Determinants of fertility in developing countries**. Volume 1. Supply and demand for children. New York, New York, Academic Press, 1983. 288-343. (Studies in Population)

MILLER, W.B.; PASTA, D. J. Behavioral intentions: Which ones predict fertility behavior in married couples? **Journal of Applied Social Psychology**, v. 25, p.530–555, 1995.

MORGAN, S.P. Individual and couple intentions for more children. **Demography**, v. 22, p. 125–132, 1985.

_____. KING, R.B. Why have children in the 21st century? Biological predis-position, social coercion, rational choice. **European Journal of Population**1, v. 7, p. 3-20, 2001.

_____. TAYLOR, M.G. Low fertility at the turn of the Twenty-First Century. **Annual Review of Sociology**, v. 32, p. 375-99, 2006.

_____. S.; RACKIN, H. The Correspondence Between Fertility Intentions and Behavior in the United States. **Population and Development Review**, v. 36, n. 1, p. 91–118, March. 2010.

Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v.41, n.1, p. 45-57, 1987.

PERÍ, A.; PARDO, I. Nueva evidencia sobre la hipótesis de la doble insatisfacción en Uruguay: ¿cuán lejos estamos de que toda la fecundidad sea deseada?. In: WONG, L. R. (Org) **Población y Salud Sexual y Reproductiva en América Latina**, ALAP, Serie Investigaciones num. 4, Rio de Janeiro, 2008. p. 55-88.

PHILIPOV, D., O. THÉVENON, J. KLOBAS, L. BERNARDI AND A.C. LIEFBROER. Reproductive decision-making in a macro-micro perspective (REPRO): a state of the art review. **A working paper of the European Commission within the Seventh Framework Programme under the Socio-economic Sciences and Humanities theme**, 2009.

PHILIPOV. D. Theories on fertility intentions: a demographer's perspective. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 37-45, 2011.

RÉGNIER-LOILIER, A.; VIGNOLI, D. Désirs, intentions de fécondité et réalisation en France et en Italie : similitudes et différences. Paper presented at Population Association of America (PAA) **Annual Meeting**, 2010. Disponível em: <http://paa2010.princeton.edu/download.aspx?submissionId=100124> Acesso em: 25/11/2012.

SANTELLI, J. S.; ROCHAT, R.; HATFIELD-TIMAJCHY, K. *et al.* The measurement and meaning of unintended pregnancy. **Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, v. 35, n. 2, p. 94-101, 2003.

_____; DUBERSTEIN, L. L.; MARK, G. ORR; *et al.* Toward a multidimensional measure of pregnancy intentions: Evidence from the United States. **Studies in Family Planning**, v. 40 n. 2, p. 87-100, 2009.

THÉVENON O., LUCI-GREULICH, A. (2013) “The impact of family policy packages on fertility trends in developed countries”, **European Journal of Population**, [accepted May 2013].

THOMSON, E. Two into one: modeling couple behaviour. In: DIEGO, A. C. (Ed.), **Family Variables**. Newbury Park, CA: Sage, 1990. p. 129-142.

_____. Couple childbearing desires, intentions, and births, **Demography** v. 34, p. 343-354, 1997.

WESTOFF, C.F.; RYDER, N.B. The predictive validity of reproductive intentions. **Demography**, v. 14, n. 4, p. 431-53, 1977.

WESTOFF, C.F. Reproductive intentions and fertility rates. **International Family Planning Perspectives**, v. 16, n.3, 1990, p. 84-96.

WONG, L.L.R.E. Evidences of further decline of fertility in Latina America: Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: CAVENAGH, Z. M. (Org.) **Demographic transformations and inequalities in Latin America: Historical trends and recent patterns** - Serie Investigaciones 8, ISBN: 978-85-62016-07-3, 368 p, 2009.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Sage Publications, 1994. Cap.4.